

Jandira Feghali



PORTE PAGO
DR-BSS
ISR - 47 - 331/86

IMPRESSO

Informativo do Gabinete da Deputada Federal Jandira Feghali

PCdoB/RJ

Julho.93



Erlando Platz

Manifestação popular contra a privatização da CSN

EDITORIAL

Se a palavra da moda é verdade, por que não dizê-la? Após o afastamento de Collor de Melo e sua quadrilha, o Governo Itamar Franco - resultado de uma ampla mobilização popular - assumiu repleto de boas intenções, mostrando-se disposto ao enfrentamento da nefasta política neoliberal. O PCdoB compreendeu o momento histórico e buscamos apoiar Itamar em seus anseios de mudança nos rumos que até então vinham degradando a nação brasileira.

Das intenções aos gestos concretos, porém, cavou-se um profundo abismo e, hoje, pode-se constatar uma lamentável capitulação do governo ante os poderosos interesses econômicos nacionais e internacionais.

O processo de privatização, com todas as irregularidades denunciadas pelo próprio Vice-presidente do BNDES, já devidamente afastado, continua a desmontar o Estado e a dilapidar o patrimônio público a preços irrisórios, constituindo-se em verdadeiras doações a influentes grupos privados. Basta citar, como exemplo significativo, o caso da CSN, empresa símbolo da industrialização nacional, segundo o jornalista Luis Nassif, em artigo publicado na Folha de São Paulo, "a privatização da CSN constitui-se, de longe, na maior operação de lobby já realizada no Brasil pós-democratização (...), que custou, por baixo, US\$ 545 milhões de dólares ao patrimônio público." Repita-se: um prejuízo de 545 milhões de dólares, por baixo! É de pasmar o silêncio dos cemitérios na presença de tal descalabro.

As coisas não ficam por aí. A fim de aumentar a arrecadação fiscal cria-se o Imposto Provisório sobre

Movimentações Financeiras - IPMF e do projeto retirada, no afã de se obter a adesão das elites, o importante dispositivo que permitiria a quebra do sigilo bancário. Desta forma, as grandes empresas continuarão a sonegar impostos mediante a utilização do tão conhecido Caixa 2 e das contas fantasmas. O resto da população, como sempre, será descontada no momento em que emitir um simples cheque.

Passado o fracasso collorido, as elites dirigentes retomam a ofensiva neoliberal com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso ao Ministério da Fazenda. Intellectual respeitado, as classes dominantes procuram dar credibilidade ao seu projeto criando uma aura de grande "estadista" ao mais recente "salvador da pátria".

Utilizando o lema, um tanto ou quanto fascistoide, de "crescer ou crescer", ameaças de "fujimorização" e impasse institucional, é apresentado o Plano Verdade de FHC. E começam as mentiras que precisam ser desmascaradas para tentar se reverter o quadro de agravamento da crise econômico-social porque passa o País.

Na antiga visão de que o vilão é o Estado e o déficit público a causa principal da inflação crônica, FHC anuncia o corte de 6 bilhões de dólares no Orçamento da União.

Neste ponto, algumas informações necessitam vir a público para clarear as verdades reveladoras das mentiras do denominado Plano Verdade. Vamos a elas: o Orçamento líquido da União é de 70 bilhões de dólares. Do total, 14 bilhões são destinados para o custeio e os investimentos públicos, ou seja, manutenção e construção de hospitais, obras de saneamento básico,

Patentes

O projeto de lei de Patentes foi aprovado na Câmara Federal e, agora, será votado no Senado Federal. Pela correlação de forças entre os deputados, os partidos progressistas consideraram que o texto final significou um avanço frente ao anterior. Página 3.

Falência, humilhação e caos

Página 2

Direito Autoral

A Câmara dos Deputados debate a modificação das leis sobre direitos autorais, que garanta maior equilíbrio entre os interesses dos criadores e empresários do setor. Página 4

escolas, moradias, estradas, etc. É exatamente daí que FHC vai retirar os referidos 6 bilhões de dólares.

De outra parte, o Orçamento prevê cerca de 16 bilhões de dólares para a amortização da dívida pública (interna e externa) e 12 bilhões para o pagamento dos encargos das dívidas.

Assim, somando-se o que o governo vai pagar do principal e dos juros das dívidas chegamos à cifra de 28 bilhões de dólares.

A conclusão é óbvia e triste: FHC não mexe nos itens orçamentários referentes ao pagamento das dívidas interna e externa, os grandes responsáveis, de fato, pelo déficit e pela inflação. Vai cortar recursos dos setores de saúde, educação, habitação, agricultura, dentre outros. Dos parcos 14 bilhões acima citados, cortará 6 bilhões (42% da verba).

No que diz respeito ao fim da ciranda financeira e à sangria da dívida externa, nenhuma palavra. As oligarquias financeiras nacionais e internacionais permanecerão ganhando rios de dinheiro em atividades especulativas e não produtivas.

Não bastasse isso, FHC promete acelerar o processo de privatização. Falando claro: em tudo e por tudo o receituário permanente do FMI e do imperialismo hegemônico. Resultado conhecido: recessão, desemprego, inflação e miséria crescentes.

O PCdoB e o nosso mandato não aceitam essa situação. Posicionam-se frontalmente contrários à política governamental e lutarão para organizar uma frente nacional e democrática que se anteponha a esse projeto de destruição nacional e de reafirmação da política neoliberal.

Seminário discute aborto e esterilização



A saúde da mulher teve um importante fórum de debates na Câmara dos Deputados. O gabinete da Deputada Jandira Feghali, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria - Cfemea, realizaram, no dia 27 de maio, um seminário com o objetivo de discutir os substitutivos aos projetos de lei que trami-

tam no Congresso Nacional sobre aborto e planejamento familiar. Bastante representativo, o seminário contou com a presença de entidades de mulheres de vários Estados, do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde, de parlamentares e assessores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Sobre o aborto, a discussão centrou-se no substitutivo apresentado pela Deputada Jandira Feghali, que tem por objetivo descriminalizar, legalizar e regulamentar a matéria, entendendo o tema sob a ótica democrática e da saúde pública.

Destaque do Seminário foi a discussão sobre a tramitação da matéria no Congresso Nacional, onde encontra forte resistência. A ampliação do fórum de discussão e a articulação com a sociedade serão necessárias para a aprovação do projeto.

O outro tema do Seminário foi o planejamento familiar, que teve o substitutivo da Deputada Fátima Pelaes como objeto de discussão. O Projeto, subsidiado pelo movimento de mulheres, pretende não só regulamentar a prática de esterilização, que apresenta índices alarmantes no Brasil, mas tratar a saúde da mulher como um todo. O substitutivo da Deputada Fátima Pelaes deverá ser aperfeiçoado por uma comissão de representantes do movimento de mulheres e parlamentares.

Em reunião no dia 02 de junho, o Conselho Nacional de Saúde, que no Seminário esteve representado pela Coordenadora Dra. Maria Angélica Gomes, discutiu e aprovou projeto de regulamentação da mesma matéria, de autoria da Dra. Zilda Arns, membro do Conselho. Esse texto aprovado será enviado ao Congresso Nacional a título de contribuição à discussão da matéria.

O Ministério da Saúde, representado pelo Secretário Executivo, Dr. José Hermógenes, também atendeu outra importante reivindicação das entidades presentes, que é a de convocar uma reunião urgente da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher para discutir os temas do Seminário.

Novos encontros e entidades de mulheres e parlamentares serão realizados para discussão do conteúdo e sobre as articulações para a tramitação dos projetos.

Falência, humilhação e caos

Saúde não é prioridade! Quantas vezes já ouvimos e dissemos esta frase? Não é sem razão. O caos ainda é a palavra que melhor expressa a realidade de saúde no Brasil.

Já considerando os reflexos da concentração de renda e do incremento da miséria na saúde do povo, ainda temos dados que indicam que 22% da população, ou seja, 34 milhões de brasileiros não têm acesso a quaisquer serviços de saúde. As sucessivas políticas no setor saúde adotaram, nas últimas décadas, a atenção hospitalar como marca fundamental do modelo assistencial, que apesar disto manteve-se deficitário; abandonaram as ações promotoras de saúde e de prevenção das doenças, o que somadas às políticas econômicas em curso, levaram a forte aumento da demanda de assistência.

O Governo Collor piorou o quadro recessivo, desorganizou a estrutura administrativa, desviou e reduziu drasticamente os recursos para o setor e perseguiu a inviabilização do Sistema Único de Saúde, priorizando o setor privado. Os gastos do Ministério da Saúde entraram em declínio a partir de 1989. Segundo dados do Ministério da

Saúde, em 1990 US\$ 13,7 bilhões; em 1991, US\$ 9,6 bilhões; em 1992, US\$ 7,45 bilhões (54% do que foi alocado em 1990); em 1993 não ultrapassará US\$ 6,0 bilhões... O gasto per capita em 1989 era de US\$ 81,24 e em 1992 cai para US\$ 49,1.

No curso do Governo Itamar Franco, constatamos a vontade política da equipe do Ministério da Saúde em cumprir as resoluções da IX Conferência Nacional da Saúde. Mas não tem encontrado respaldo no âmbito do governo, particularmente quando observamos que apenas 11% do orçamento previsto, foi liberado nos primeiros cinco meses de 1993.

A seguridade será financiada por toda a sociedade - orçamentos públicos e contribuições sociais (empregadores, trabalhadores e concursos de prognósticos). O Finsocial (contribuição sobre o faturamento das empresas) representa 41,5% da receita do Ministério (CR\$ 191,9 trilhões) e vem sendo descaradamente sonogado. A contribuição sobre folha de salários representa 35,7% (CR\$ 163,2 trilhões) da receita e está, propositalmente, retido no Ministério da

Previdência e Assistência Social, apesar da definição legal da obrigatoriedade do repasse. Fica claro então, o monstruoso déficit que vive hoje o Ministério da Saúde.

Neste contexto vemos "brilhar" o plano FHC, plano este que pretende zerar o déficit primário do governo, cortando gastos públicos na ordem de US\$ 6,0 bilhões, 42% da verba de investimento da máquina administrativa para financiar, obviamente, os serviços da dívida interna e externa. Significará, necessariamente, cortes severos em áreas sociais, e aí, novamente, o setor saúde será engolido pelos altos juros da dívida, decorrentes do caráter especulativo e parasitário do grande capital financeiro. Como implementar programas de prevenção, assistência, produção estatal de medicamentos e vacinas, atenção à mulher e à criança, sistema de sangue e derivados, qualificação e remuneração justa dos profissionais de saúde?

FHC mais se aproxima de Falência, Humilhação e Caos. Já vimos este filme. Precisamos mudar o roteiro e o desfecho. Estamos chamados a contracenar. Saúde é ou não prioridade?

Projeto garante exame de DNA gratuito

A deputada Jandira Feghali deu parecer, na Comissão de Seguridade, ao Projeto de Lei que torna gratuito o exame de DNA para investigação de paternidade, definindo a obrigatoriedade de sua realização na rede hospitalar pública.

De autoria da Deputada Socorro Gomes (PCdoB/PA), o projeto, se aprovado, tornará acessível a todos os segmentos da população a possibilidade de identificação segura da responsabilidade paterna.

Atualmente inúmeras ações encontram-se sem solução em função dos altos custos do exame de DNA nos laboratórios privados.

Jandira deu parecer favorável e apresentou algumas emen-



das que ajudaram a aperfeiçoar o projeto. Para a elaboração das emendas, Jandira contou com a colaboração da Cepia, entidade de estudos, pesquisas e assessoria.

Autonomia estatal em medicamentos

Outro projeto de lei apresentado tem por objetivo estabelecer mecanismos para que se alcance a auto-suficiência da produção estatal de medicamentos, visando a adequada assistência farmacêutica à população.

Esse projeto determina a priorização da produção de medicamentos pelo Estado, que será efetivada mediante a alocação de recursos orçamentários, investimento em modernização, utilização da plena capacidade de produção dos laboratórios estatais e incentivo à pesquisa de novos medicamentos. Não menos que 10% do orçamento do geral da Ceme (Central de Medicamentos) serão destinados para essas atividades, garante o projeto.

Assistência Farmacêutica Gratuita

Os inativos e os ativos com renda até três salários mínimos e os desempregados terão assistência farmacêutica pública gratuita. Este é o objetivo do projeto apresentado pela deputada Jandira Feghali, que pre-

tende dar cumprimento mais efetivo da Constituição, no que se refere à assistência à saúde da população.

De acordo com o projeto, o fornecimento gratuito de medicamentos será efetuado através da apresentação de receita médica e

comprovando renda ou a situação de desemprego mediante a apresentação de carteira de trabalho. O projeto também prevê que os custos para a aplicação desta lei correrão por conta do Sistema Único de Saúde.



Lei Orgânica dos Partidos

Guilhotina "democrática"

Acabar com o número excessivo de Partidos Políticos, eliminando as siglas de aluguel e dar condições de governabilidade ao Brasil, é a intenção das elites do País, na mais recente investida contra a liberdade de organização dos Partidos Políticos e um duro golpe na consolidação de nossa democracia.

O Projeto de Lei que regulamenta o funcionamento dos Partidos Políticos depois de aprovado na Câmara, foi encaminhado ao Senado Federal e tem como relator, o Senador José

Fogaça, atual Presidente Nacional do PMDB. Em seu 2º substitutivo, Fogaça ressuscitou, do período do Regime Militar, a tal "Cláusula de Barreira", instrumento de arbítrio, que obriga os partidos a alcançar 5% dos votos válidos em todo o País nas eleições para a Câmara dos Deputados, caso contrário perdem o direito ao funcionamento parlamentar. Lembramos aqui que esta forma discricionária só ocorre na Alemanha e atinge as minorias ideológicas. E ainda, partidos como o PT, PDT e PTB não existiriam, a partir dos anos

80, se tal exigência estivesse em vigor, pois não obtiveram este percentual nas eleições daquela época.

Um acordo conseguiu aprovar o Projeto na Câmara e garantiu que a "Cláusula de Barreira" só entraria em vigor na segunda Eleição Geral após o pleito de 1994, ou seja, na eleição de 2.002.

O Deputado Haroldo Lima (PCdoB/BA), representante dos partidos considerados pequenos, conseguiu garantir junto ao Senador José Fogaça que o Projeto seria votado no Senado

de acordo com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa.

Porém o próprio Fogaça admite que vem sofrendo muita pressão por parte do PFL e de setores conservadores do PMDB, objetivando a governabilidade e o fim dos partidos de aluguel.

Ora, o problema da ingovernabilidade, muito difundido nas fileiras neoliberais, não se dá pela existência de muitas siglas, mas sim pela incapacidade das elites de resolverem os problemas estruturais acumulados ao longo dos anos.

Quanto ao problema do grande número de siglas, podemos aqui citar os exemplos do Reino Unido que registra 38 partidos, a França 36, a Índia 34, a Alemanha 32 e a Espanha 28, acrescentando que em muitos outros Países, além dos citados acima, os Partidos não só concorrem nas eleições como participam dos parlamentos em grande número.

Sendo assim, para garantirmos a defesa dos interesses populares e dos trabalhadores, necessitamos de nos organizarmos e enviar carta aos senadores e ao relator do projeto, pela existência dos partidos, e o fim da "Cláusula de Barreira", essa guilhotina democrática. Embora pequenos, mas sempre atentos às manobras dos grandes partidos, somos parte de um processo democrático e de livre criação, como prevê o Art. 17 da Constituição.



Medicamentos proibidos são comercializados no Brasil

O Brasil e diversos países do 3º Mundo estão comercializando medicamentos que omitem em seus rótulos ou bulas informações sobre dosagem, efeitos colaterais e de advertências sobre as condições médicas. A denúncia, feita por parlamentares norte-americanos e que foi publicada no Jornal do Brasil, foi comunicada pela Deputada Jandira Feghali na Câmara dos Deputados. Na ocasião, a Deputada encaminhou ao Ministério das Relações Exteriores

pedido de informações sobre essa denúncia, solicitando dados complementares junto ao Congresso Norte-Americano e que o Ministério tome providências para que os medicamentos denunciados deixem de ser vendidos no mercado brasileiro.

Jandira Feghali afirmou que tomará medidas judiciais contra os laboratórios envolvidos e que convidará os parlamentares norte-americanos que fizeram a denúncias a vir ao Brasil discutir a questão.

Reajuste mensal

Mesmo com todas as manobras do Ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, e dos empresários, a Câmara Federal aprovou o reajuste mensal de salários. Verdadeiro aparato foi montado para tentar vender à opinião pública a velha balela de que salário causa inflação, e que seria necessário

impedir sua indexação mensal.

Tanto o Ministro quanto os empresários querem que o trabalhador pague sozinho o ônus da crise e ainda mergulham o País no reinado dos bancos e das bolsas de valores.

É necessário intensificar as pressões para que o Senado garanta a aprovação do reajuste mensal dos salários, e não se dobre diante das pressões.

Lei de Patentes é aprovada na Câmara



A deputada Jandira Feghali condena o patenteamento de seres vivos.

A Câmara aprovou dia 02/06 o PL 824/91, a chamada Lei das Patentes. Mas, nenhum dos destaques foi aprovado. No conjunto, dada a correlação de forças, os partidos progressistas consideraram satisfatório o texto final, que agora vai ao Senado. Ele contém avanços importantes em relação ao projeto original e ao substitutivo reacionário do Deputado Ney Lopes. O resultado positivo se traduz nas restrições ao "pipeline", na extinção do segredo de negócio, na não-patenteabilidade de seres vivos, no controle de transferência de tecnologia pelo INPI, na liberdade de importação e de licença compulsória contra casos de abuso de poder econômico - todos conquistados à custa de muita mobilização da sociedade civil e luta de alguns parlamentares, notadamente da bancada do PCdoB. O Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento continuará atuando no Senado Federal.

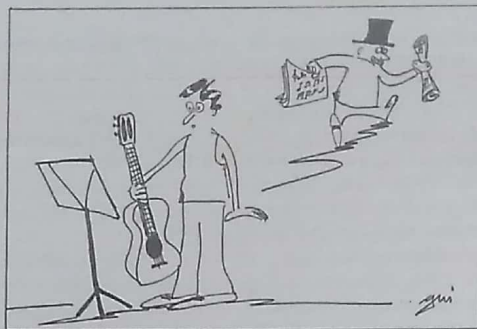


Direito Autoral é do criador

Está em discussão na Câmara dos Deputados a modificação das leis sobre direitos autorais, com o objetivo de torná-la mais justa, mais clara e mais equilibrada entre criadores, os produtores e usuários. Projeto de Lei nesse sentido foi apresentado pelos artistas através do Deputado José Genoíno, e que vem sendo amplamente discutido desde 1989.

A Deputada Jandira Feghali, juntamente com entidades de artistas, de escritores, de músicos, de compositores e com outros parlamentares, tem participado das reuniões e de articulações políticas para definição dos passos necessários para a aprovação do projeto no Congresso Nacional.

Em reunião no dia 29 de junho, na Câmara dos Deputados, representantes do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro, Teresa Mascarenhas, e de São Paulo, Lígia de Paula, da União Brasileira de Escritores, Cláudio Willer, mais os Deputados Jandira Feghali, José Genoíno (PT/SP) e José Vicente Brizola (PDT/RJ) definiram a estratégia de ação até setembro próximo, baseado nos 5 pontos fundamentais do projeto de lei apoiado pelos artistas: 1 - o autor é pessoa física; 2 - não cessão dos Direitos Autorais, e sim o licenciamento; 3 - todos os exemplares das obras têm que ser numerados; 4 - a fiscalização pelos sindicatos dos autores; 5



- a visão dos artistas do Conselho Nacional de Direitos Autorais. Foi também definida uma proposta de calendário de audiências públicas na Comissão de Ciência e Tecnologia:

- Dia 26 de agosto: Conceito de Propriedade no Direito Autoral;
- Dia 02 de setembro: Remuneração, Fiscalização e Arrecadação;
- Dia 16 de setembro: Contratos.

Solidariedade ao Iraque



Em função dos recentes ataques dos EUA sobre a nação iraquiana, uma comissão de sete parlamentares de diversos partidos fez uma visita à Embaixada do Iraque para manifestar sua solidariedade.

Na ocasião, foi entregue ao Embaixador do Iraque cópia de

abaixo-assinado de parlamentares brasileiros condenando o massacre norte-americano contra o povo iraquiano e solidarizando-se com aquele País.

Teatro Municipal abandonado

O descaso com que as autoridades tratam o Teatro Municipal do Rio de Janeiro vem transformando-o em um teatro de aluguel. Falta verba, mas acima de tudo falta interesse e uma vontade política.

O Corpo Artístico (músicos, cantores, bailarinos) está tão desfalecido que torna impossível a realização de espetáculos. O prédio está abandonado e com vários problemas. Há necessidade de abrir concursos para o preenchimento das vagas. Mas, para atrair artistas de qualidade, e manter os que lá estão, é preciso melhorar os salários. Para solucionar os problemas físicos do prédio é preciso de verba. Não faltam vontade e empenho dos funcionários.

Cansado de esperar por uma solução do governo, o teatro vem sendo usado para a realização de eventos, contra o Estado por dilapidação do patrimônio cultural.

Para cada dia das audiências públicas, serão convidados expositores e debatedores para defenderem o projeto de lei apoiado pelos artistas.

Contraopondo-se aos interesses dos criadores, outro projeto de lei foi apresentado pelos editores de livros, editores musicais e produtores fonográficos (gravadoras) através do Senador Luís Viana Filho. O projeto é baseado na legislação em vigor e procura atualizá-la de acordo com a Constituição, mas somente a remenda, o que continua a beneficiar mais os produtores e os editores. O projeto do Senador Luiz Viana tem o apoio da Abert (Associação Brasileira de Rádio e TV), do SNEI (Sindicato Nacional dos Editores de Livros), ABPD (Associação Brasileira de Produtores de Discos) e de outras entidades de empresários.

Segundo Maurício Tapajós, artista da linha de frente na luta por uma nova legislação, "interessa-nos a utilização de nossas obras. Os criadores dependem dos produtores e vice-versa. O que queremos é que essas relações sejam mais equilibradas, acabando com a tutela da pessoa jurídica sobre os criadores."

Como toda luta contra os empresários, esta também será difícil, necessitando do apoio da opinião pública, dos artistas e de jornalistas contra o "lobby" das produtoras.

Torricelli persona non-grata no Brasil

Em pronunciamento no dia 15 de junho, a Deputada Jandira Feghali manifestou-se novamente contra a Lei Torricelli, aprovada pelo parlamento norte-americano, que proíbe os E.U.A. de ter relações comerciais com empresas que comercializem com o Governo de Cuba, além de sanções econômicas às filiais de empresas dos E.U.A. que tiverem relações comerciais com Cuba.

A Deputada Jandira Feghali lembrou que "a intenção desta lei é aumentar o isolamento e o bloqueio econômico à Cuba e tentar derrubar o Governo socialista de Fidel Castro através do descontentamento do povo cubano."

A grande imprensa chegou a noticiar a vinda do Deputado norte-americano Roberto Torricelli ao Brasil, para tentar convencer políticos e empresários a não comercializarem com Cuba. Jandira teve uma resposta imediata, "rechaçando a investida absurda sobre nossas empresas e a interferência em nossos assuntos internos", e posicionando-se "contra esta visita inoportuna. Consideramos o Sr. Roberto Torricelli "persona non-grata" em nosso País, finalizou Jandira.

EXPEDIENTE

Jandira Feghali

O informativo é uma publicação do Gabinete da Deputada.

Chefe de Gabinete: Fernando Pardellas

Assessoria: Wagner (Gui), Dani, Juliano e Meire

Textos: Wagner, Fernando, Jorge Luiz e Jandira Feghali

Edição e Editoração Eletrônica: Mário Simões

(Reg. Prof. 2.842/MG)

Correspondência: Gabinete 443 - Anexo IV

Câmara dos Deputados - Brasília - CEP. 70.160-900

Telefone: (061) 318-5443 - Fax: (061) 318-2443

Endereço no Rio de Janeiro: Av. Treze de Maio, 33 sala

1.601 - Centro - CEP. 20.031-000 - tel: (021) 240-1480

Fax: (021) 532-4148.

Horário bancário



A Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) apresentou no dia 29/06/93 Projeto de Lei que amplia o horário de atendimento bancário. O principal objetivo do Projeto é solucionar o transtorno causado pelas enormes filas que se avolumam nas portas das agências e possibilitar o aumento do número de empregos no referido setor.

Com a aprovação deste Projeto, o horário de atendimento ao público das agências dos Bancos Comerciais, das Caixas Econômicas, das Sociedades de Crédito Imobiliário, das Sociedades de Poupança e Empréstimo terá 8 horas e será encerrado às 17 horas, passando a ser, portanto, de oito horas diárias.